

Aos 15 ou 16 anos de idade um jovem nem sequer tem barba, mas já deve praticamente decidir a profissão que vai exercer dali a quase dez anos. Muitas vezes decide errado, o que também não importa muito, já que na maioria dos casos só vai conseguir ingressar na universidade num curso que não era o da sua preferência. E lá ainda vai encontrar um grupo de professores, às vezes malpreparado e selecionado — como ele —, além de malpago e desmotivado.

Esse quadro da universidade brasileira, descrito pelo professor João Carlos Di Gênio, presidente do Sistema Educacional Objetivo, não é, assegura ele, o ideal para a formação dos profissionais de que o Brasil precisa. Melhor seria um profissional orientado desde a adolescência, educado por professores bem-pagados e dotados de uma "formação básica mais sólida, com menos carreiras, uma formação mais geral".

O caminho para isso, explica o diretor do Objetivo, que é médico por formação e tem 52 anos de idade, passa por grandes reformas no sistema de ensino brasileiro. E atinge também questões hoje um tanto descuadas, como a orientação vocacional do estudante, que deve optar por uma área do conhecimento logo no início do 2º grau e, antes do seu término, no ato da inscrição para o vestibular, escolher até mesmo a especialidade da carreira, caso queira, por exemplo, ser um engenheiro:

— É muito difícil para o menino nessa idade optar por uma especialidade — afirma Di Gênio. — Escolher a carreira já é difícil, mas a especialidade (se é engenharia civil, mecânica etc.) é um exagero. A coisa mais importante agora é dar a esses meninos a escolha certa, porque eles estão escolhendo errado. Seriam feitos seminários, coisa que a universidade poderia encabeçar, já que tem condições de pesquisar qual a vocação da sua região para determinado mercado de trabalho.

Onde trabalhar?

Dessa maneira, garante o professor, o aluno teria uma referência sobre onde poderia exercer sua profissão, podendo até mesmo fazer uma opção mais próxima de sua casa: "Inclusive dentro da própria cidade de São Paulo, pois dependendo da lei de zoneamento você delimita o tipo de indústria e pode-se fazer um zoneamento de mercado de trabalho. Eu não sou a favor de que a universidade seja voltada só para o mercado de trabalho, mas é sua obrigação, obrigação do governo, dizer quais são as carreiras prioritárias para o próprio desenvolvimento do País".

Di Gênio lembra a estatística feita pela Cesgrario, de que 40 mil de seus cem mil vestibulandos erraram na escolha da profissão, o que "é um absurdo e causa de má produtividade". "É óbvio que nós temos de ajudar o aluno, cujo grande problema é não saber nada sobre a carreira, a profissão ou sobre o mercado de trabalho", acrescenta.

— Há algum tempo, quando iniciou suas atividades, a Fuvest divulgava em seu manual informações sobre o mercado de trabalho das profissões. Aquele manual deveria voltar, e deveria ser publicado no princípio do ano, para que as orientadoras profissionais e vocacionais pudessem trabalhar o

Di Gênio: os problemas do ensino superior começam no 1º grau.

Para melhorar o "produto" das universidades, o presidente do Centro Educacional Objetivo propõe uma grande reforma no ensino brasileiro.



ano inteiro, auxiliar o estudante desde o 1º colegial. E deveria ser elaborado de uma forma mais ampla: a universidade, junto com órgãos governamentais, levantando as tendências de mercado de trabalho para os próximos dez ou 15 anos. Não apenas o de agora, quando o aluno apenas entrou na faculdade.

Nesse trabalho, continua o professor, a própria iniciativa privada seria chamada a participar, através dos homens que "têm visão e percepção" para prever a evolução de diferentes setores econômicos:

— Eu não faria uma coisa só com o governo. Seriam seminários onde, além dos ministros, participariam o Antônio Ermírio de Moraes, o Mário Henrique Simonsen, Roberto Campos, Celso Furtado, Mindlin, Luiz Eulálio Bueno Vidigal, Maria Conceição Tavares, Celso Lafer, gente de todas as áreas. Claro, pode haver discordância entre eles, mas você cria uma bússola, um caminho, uma diretriz para os alunos. Assim nós podemos descobrir os grandes setores em que você pode garantir seu progresso, onde terá um desenvolvimento e mercado de trabalho favorável. Nessa área, hoje, não há dado nenhum para as orientadoras trabalharem.

Há carreiras demais

Outro problema verificado pelo diretor do Sistema Objetivo na universidade brasileira é o que ele classifica de "proliferação exagerada de carreiras de nível superior". Meteorologia, para ele, é um exemplo, "um curso que no fim é Física, uma especialização que podia acabar". Di Gênio lembra que, daqui a 15 anos, metade das atuais profissões terá deixado de existir, e a outra metade vai exigir um profissional de perfil diferente, de formação geral mais ampla para se adaptar às modificações.

— Não poderá ser um profissional ultraespecializado — comenta, porque vão ocorrer muitas alterações. Temos então de agrupar cursos, diminuir o número de carreiras e dar importância no ensino superior às

disciplinas básicas, para que o aluno tenha uma formação geral mais ampla. Nós vamos precisar de um profissional polivalente: se for da área de Exatas, que as disciplinas básicas dessa área sejam de seu domínio completo.

Embora diga que essas medidas devem ser adotadas para corrigir e aliviar distorções, Di Gênio frisa que elas não resolvem o problema da democratização do ensino, do acesso à universidade, o que, para ele, só vai ocorrer na hora em que se "acertar" o ensino de primeiro e segundo graus: "Porque, na verdade, o vestibular começa no primeiro ano do primeiro grau, onde 50% já é reprovado. Entram cem no primeiro grau e saem 17, e aí o sistema já se tornou antidemocrático".

Você tem muitos turnos de aulas — explica — e os alunos estão ficando em média duas horas e meia na escola, isso no primeiro grau. Você tem professores despreparados e mal pagos. A escola deve fornecer material didático, a merenda. Para acertar esse ensino deficiente, nós temos de qualificar esse professorado, porque essa repetição toda é resultado da não-qualificação dos professores, o que se repete no segundo grau. Claro, a própria universidade vai ter de melhorar a formação do professor, vai ter de formar a licenciatura plena, dar mais importância à pesquisa educacional, que não dá ponto, não dá crédito e não está sendo estimulada. Temos de reformular esses currículos e dar outro enfoque para o ensino da área de pedagogia.

Professores melhores

Mas isso ainda não é bastante, assegura o diretor do Objetivo, ao lembrar que não se pode substituir todos os atuais professores de primeiro e segundo graus "que estão aí, todos desqualificados". A prioridade, apontam, seria o aperfeiçoamento dos atuais professores através da injeção de recursos numa "Secretaria de Assistência ao Professor". "Vamos aumentar o salário dos profes-

sores e treiná-los, porque eles estão aí; não adianta só mexer no currículo", orienta Di Gênio, apontando ainda uma grave distorção:

— Voltando para o vestibular, se você pegar as notas de corte vai perceber que as menores notas são as relativas à formação do professor. Você vê lá. Na primeira fase da Fuvest: Química, 43 pontos; Física, 43; Letras, 37; Ciências Humanas, 41. As outras são 50, 60. Então, o que está acontecendo? Pessoas menos preparadas estão procurando a carreira de professor, porque é uma carreira não valorizada. E a Universidade, que não prepara direito, vai preparar uma pessoa despreparada e jogá-la para o 1º e 2º graus. E essa pessoa vai preparar mal seus alunos. O nosso problema é romper esse círculo vicioso.

Tecnologia educacional

Para resolver esse problema — e outros no ensino brasileiro — Di Gênio afirma que "é preciso acabar com o preconceito contra a tecnologia educacional". Para ele, diante da grande quantidade de pessoas no primeiro grau e da deficiência de professores, não é mais possível educar apenas através do sistema tradicional: "Vamos ter de usar a televisão, a telemática, como todos os países desenvolvidos fazem, intensamente".

Nossa universidade — prevê — vai ter de começar a pensar numa universidade aberta, numa produção de cursos. Por exemplo, nós temos de resolver nosso ensino superior. Então, não seria melhor eu ter um curso para uma universidade aberta do que ter essas escolas de fim de semana que não levam a nada? Na Inglaterra é uma maravilha, lá a universidade aberta é um negócio extremamente sério. Será que não seria melhor? Por que não dar o ensino superior através de cursos de graduação pela televisão?

A propósito, Di Gênio antecipa que o governo vai iniciar cursos de extensão através da televisão, medida que qualifica de correta "porque de curso de extensão no Brasil não existe nada".

Essa é uma das maiores deficiências do ensino superior. O curso de extensão é o que faz a ligação da universidade com a sociedade, e você vê que esse ligação não existe. A coisa menos qualificada que a universidade produz são os cursos de extensão, demonstrando uma certa dissociação das universidades com os problemas das sociedades.

Uma necessidade: tecnólogos

Ainda no item da democratização do ensino superior, Di Gênio defende a criação de cursos noturnos "de qualidade" para os alunos que trabalham durante o dia. "Não estou querendo que se monte um sistema de cursos indiscriminadamente, mas sim ver até em que nível nós poderemos dar um curso noturno de determinada qualidade." Outra idéia é a criação de um Instituto de Tecnologia de Ensino Superior. "Esse de tecnólogo, que já existe. Tecnólogo de processamento de dados e em outras áreas. Incentivar a criação de cursos de tecnologia de nível superior, cursos de três anos. Seria um modo de deslocar esses alunos que vão tradicionalmente para a universidade. E é um tipo de profissional que o mercado está

necessitando, os institutos de pesquisa e a indústria", explica.

O diretor do Objetivo comenta que, embora devesse ser ainda mais apoiado do que já é, a pesquisa tecnológica "tem feito coisas muito boas". O que falta, diz ele, é um meio para que o produto dessas pesquisas chegue aos meios de produção: "Não está havendo um canal para que a sociedade saiba o que está sendo feito na universidade". E defende um aumento da autonomia da universidade, ao mesmo tempo em que reclama a introdução de uma noção de avaliação.

Exigindo qualidade

A universidade distribui seus recursos, contrata seus professores vê os cursos que deve ministrar, seus currículos etc. Mas nós temos de cobrar dela, em contrapartida, alguma qualificação do produto. Nós não temos nenhum sistema de avaliação no nosso ensino universitário. A única avaliação que há é no nível de pós-graduação, que é inclusive muito bem feita. Então, nós temos de introduzir no ensino superior a noção de produtividade: cada universidade tem de ser avaliada no que ela produz, o tipo de profissional, o tipo de pesquisa que ela faz — observa Di Gênio.

Mas avaliada por quem?

Hoje você tem um Conselho Federal de Educação voltado para aspectos burocráticos, formais. Será que a função maior do Conselho não seria a de ajudar a criar um sistema de avaliação para o ensino superior? Mas junto com a comunidade acadêmica, já que o sistema de avaliação da pós-graduação funciona porque participa dele a comunidade acadêmica. O ideal é que isso seria feito sob uma orientação (o que deveria ser a grande função do Conselho) para a gente criar um sistema de avaliação do ensino superior, um sistema para se obter dados. E conforme o produto fornecido pela universidade, mais recursos a essa universidade. Nós não podemos continuar tendo absurdos como, às vezes, universidades com três mil alunos tendo verbas maiores do que universidades com 20 mil, sem razão nenhuma. Não é questão de qualidade, não, é aspecto político. Então temos de exigir da universidade um produto, uma avaliação, uma responsabilidade por seus atos. Porque, embora ela seja autônoma, não é propriedade dos professores ou alunos; ela é propriedade da sociedade, que tem de avaliar.

Entre as propostas apresentadas pela Comissão de Reforma do Ensino Superior, uma que Di Gênio classifica de "interessante" é a que abre a perspectiva da pluralidade de modelos para a universidade brasileira. Ele lembra que, com a reforma universitária de 1968, adotou-se como modelo único o da universidade anglo-saxã, "que é a universidade com todas as áreas de conhecimento". Seu comentário:

— A sugestão da Comissão de Ensino é que sejam permitidos outros modelos. Que uma escola de excelência em Engenharia possa ter um status de universidade. Por exemplo, que uma Santa Casa, que é uma excelente escola de Medicina, aqui em São Paulo, possa ter o status de universidade. E uma coisa que merece ser estudada.

Marcus Vinícius Gasques